



Revista Tempo e Argumento

E-ISSN: 2175-1803

tempoeargumento@gmail.com

Universidade do Estado de Santa

Catarina

Brasil

Franco, Paula

O que a tragédia à brasileira nos ensina sobre justiça? Orestes, um fragmento fílmico da história construída. ORESTES. Produção 7Estelo Filmes, direção de Rodrigo Siqueira.

Brasil, 2015. 93 min. color.

Revista Tempo e Argumento, vol. 8, núm. 17, enero-abril, 2016, pp. 409-415

Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338146824016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O que a tragédia à brasileira nos ensina sobre justiça? Orestes, um fragmento fílmico da história construída¹

Resenha da obra:

ORESTES. Produção 7Estrelo Filmes, direção de Rodrigo Siqueira. Brasil, 2015. 93 min. color.



Autora da resenha

Paula Franco

Mestranda em História na Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC.

Brasil

paulafranco.historia@gmail.com

Para citar esta resenha:

FRANCO, Paula. O que a tragédia à brasileira nos ensina sobre justiça? Orestes, um fragmento fílmico da história construída. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 409 - 415. jan./abr. 2016. Resenha de: ORESTES. Produção 7Estrelo Filmes, direção de Rodrigo Siqueira. Brasil, 2015. 93 min. color.

DOI: 10.5965/2175180308172016409

<http://dx.doi.org/10.5965/2175180308172016409>

¹ A presente resenha contém informações sobre o documentário, inclusive sobre o desfecho do filme.

São Paulo, 8 de agosto de 2013. Manhã. Um convite na rede social anunciava o júri popular simulado às 19 horas do mesmo dia no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP, Largo São Francisco. O julgado? Orestes, personagem da tragédia grega homônima, conhecido por matar sua mãe em vingança à morte de seu pai. Ou seria outro Orestes? Resolvo ir ao evento impulsionada por um interesse: as memórias da ditadura militar.

Com o aval que a licença poética presta ao cinema, o diretor do longa, Rodrigo Siqueira, reinventa a tragédia grega Orestes transformando-a em julgamento fictício. Atribui ao rito as marcas do nosso tempo presente e, mais especificamente, brasileiro. Na cena, estão o advogado de defesa José Carlos Dias – conhecido por defender presas e presos políticos da ditadura e membro da Comissão Nacional da Verdade² –, o promotor Maurício Antônio Ribeiro Lopes e dezenas de pessoas curiosas para entender qual o desdobramento da encenação. Aqui, porém, o crime de Orestes, que também recebeu o sobrenome “dos Santos”, enquadrava-se em novas fronteiras: nesse, o assassino esganara o pai, Gilson de Oliveira. Dessa vez, a vingança – em nome da mãe Maria do Socorro – dera-se porque Gilson fora assassino da companheira. Ela havia sido quadro de um grupo armado de oposição à ditadura militar; ele, um quadro infiltrado dentro da guerrilha. Contudo, não se trata de uma ficção. Pelo contrário, trata-se um documentário que agrega um júri simulado a sessões de psicodrama. Os dois cenários, que não se misturam, intercalam-se nas cenas do filme. Vamos, então, aos fatos.

Brasília, outubro de 2015. Tarde. É exibido o filme Orestes no Ministério da Justiça, por promoção da Comissão de Anistia, seguido de conversa com o diretor e com a participante do documentário, Ñsaindy. Na plateia, novamente eu, mais uma vez interessada nas memórias da ditadura.

Uma música com melodia marcada pela reiteração de acordes agudos anuncia um clima de tensão e mistério. Um pássaro preto voa no céu cinza paulistano, onde o cenário divide espaço com os topos de arranha-céus. Corte. No fundo preto a tragédia de Orestes é explicada com letras brancas. Figurando no entendimento ocidental como o primeiro júri popular, “seu julgamento põe fim no olho por olho, dente por dente”. Corte. Um

² A Comissão Nacional da Verdade esteve em exercício até dezembro de 2014.

recado aparece na tela elucidando ser o filme “fragmentos de uma história em construção”. Voltaremos a essa informação mais à frente.

A partir desta introdução, o documentário divide-se em três partes: I) A traição; II) A vingança; e III) O julgamento. A primeira dá conta de apresentar, em partes, as personagens que comporão o núcleo duro da história: a primeira delas, Ñsaindy, tem suas imagens captadas enquanto olha e apresenta suas fotos de infância, ao mesmo tempo apresentando suas memórias – as poucas que ainda restam. No trajeto que tenta recompor a linha de sua vida, relata a ausência da mãe – que aparece pouco, tanto entre as fotografias quanto nas passagens da vida da filha –, e a ausência do pai, que só aparece em uma foto tirada depois de morto. Sua ausência faz-se presente numa foto de Ñsaindy bebê, rasgada pela metade: ali, um dia, estivera a imagem de seu pai, José Maria Ferreira de Araújo. Nos intervalos das cenas que apresentam a primeira personagem, um computador é filmado. Na tela, são feitas pesquisas sobre Soledad Barrett Vidma – quadro de uma organização revolucionária e mãe de Ñsaindy –, Cabo Anselmo – infiltrado responsável pela morte de Soledad, era seu namorado na época dos fatos – e o Massacre da Chácara São Bento – como ficou conhecido o episódio que matou diversos guerrilheiros, incluindo a mãe de nossa personagem.

Na segunda parte, *A vingança*, novas personagens somam-se à trama. Três delas são apresentadas, cada uma a sua vez, em suas casas simples, onde têm a triste tarefa de recordar e tentar transmitir o que ocorrera a seus filhos. São duas mulheres e um homem que têm algo em comum: tiveram seus filhos assassinados pela Polícia Militar e não tiveram respostas satisfatórias do Estado sobre as circunstâncias de morte. Um novo corte transporta-nos para o antigo DOI-CODI de São Paulo. Pelo espaço, um José Roberto Michelazzo, ex-perseguido político da ditadura, apresenta o local. Ñsaindy, que também está em cena, relata que seu pai morrera ali. Em outra cena, todas as personagens reúnem-se para a prática de psicodrama. Às sessões, adentra também uma enfermeira – que testemunha constantemente a chegada de jovens baleados em um hospital na periferia de São Paulo, onde trabalha – e uma ativista em um grupo de assistência às famílias vítimas da violência que parece crer que a solução para todos os problemas seria o fortalecimento de estratégias coercitivas, como a pena de morte.

Um clímax é atingido na parte II e deixa flagrante a tensão existente entre os integrantes do grupo. Sandra, a ativista, questiona uma das mães que perdera seu filho por ação da PM: “Seu filho estava armado? Ele tinha passagem pela polícia?”. O caos é estabelecido (ou seria melhor dizer o drama?). Enquanto a mãe explica que o filho realmente tinha passagem pela polícia, mas que levou um tiro pelas costas – ou seja, não se tratou de um confronto, mas de uma execução –, outros personagens entram em defesa da mãe. Ñsaindy, portadora do trauma continuado devido à morte trágica de seus pais, chama a atenção de Sandra: “meus pais foram desobedientes civis”. Nesse momento as ações de fala e escuta estabelecem-se de forma caótica. Em meio a exaltação, a cena é cortada quando Sandra continua repetindo quase como um efeito *looping* seu discurso ao passo que é questionada por Marcelo Zelic – ex-perseguido político. A mãe, cujo filho fora vítima de ação policial, e Ñsaindy calam sintomaticamente frente às falas que se sobrepõem aparentemente sem nenhuma escuta. Nas entrelinhas da imagem ficam latentes as questões: quem tem voz nessa situação? Quem é ouvido?... Seria essa uma cena possível para retratar os conflitos inerentes à sociedade brasileira quando o assunto é a continuidade da ditadura nos dias atuais, principalmente pelas mãos da polícia?

De forma pacífica, já em outro momento, Sandra é interpelada por José Roberto. Ele direciona a ela uma reflexão que é indiciária do movimento de superação individual frente à violência. No alto de sua experiência como alguém que fora torturado quando jovem, ele relata: “a terapia da Marisa não foi para curar a tortura que me fizeram, foi para que eu não me tornasse o torturador também”. Ela parece resistente às palavras que lhe são direcionadas. O conselho, contudo, ecoa entre quem assiste ao longa. Entretanto, se individualmente há vestígios de como o trauma é superado, como pensar sobre a reelaboração coletiva de uma sociedade que assistiu – ou herdou – à violência de Estado? A indagação incômoda nos acompanha após o final do filme como exercício necessário e contundente a ser desenvolvido.

Parte III: o julgamento. Com a câmera direcionada de frente para o público que assistirá ao julgamento de Orestes, vê-se advogado de defesa e promotor vestirem as togas. Em um gesto ritual de diplomacia cumprimentam-se como possivelmente

aconteceria mesmo que não se tratasse de um júri fictício. Nesse momento, aos 52 minutos do filme, eu – autora da resenha – vejo a mim mesma três anos antes, sentada na poltrona do auditório do Largo São Francisco. O que eu pensava naquele momento?

Inicia-se um *ping-pong* de argumentação entre defesa e acusação. José Carlos Dias defende a absolvição de Orestes por entender que o acusado não premeditou o crime, que procurou o pai em busca de arrependimento. Não encontrou. Cometeu esganadura em legítima defesa frente ao pai, assassino de sua mãe, raivoso pelo encontro. Já Maurício Antônio Ribeiro Lopes revela sua preocupação em relação à data do crime, 27 anos após a morte da mãe de Orestes. Para o promotor, esse ódio represado nos anos e a gana por colocar um ponto final no trauma continuado frente a um prolongamento da situação de injustiça – já que Estado brasileiro nunca teve atitude de apontar ou punir o culpado (ou poderíamos dizer os culpados?) –, é temeroso. Frente a um nó difícil de desatar, o promotor revela: Orestes tentou reescrever a Lei de Anistia. Ainda assim, revelando seu compromisso com a legalidade, conclui: “Condenem Orestes e exijam a revisão da Lei de Anistia”. Corte.

Em um fundo escuro, a enfermeira que faz parte do grupo de psicodrama, como uma figura neutra, tem a tarefa de transmitir ao restante do pessoal a história de Orestes. Com foco fechado em seu rosto, a moça começa a contar o drama que rege a vida do personagem. É, então, o momento catártico em que a linha que rege a sessão de psicodrama se entrelaça com aquela que rege o julgamento fictício. Revela-se nesse momento a ousadia de um documentário construído totalmente na contramão da onda clássica brasileira atual: não há entrevistas com especialistas, mas, ao contrário, uma câmera com aparência onisciente que segue as personagens pelos dois cenários que se intercalam no filme, as sessões de psicodrama e o julgamento simulado. A câmera volta-se para Ñsaindy, que olha para baixo quando algumas lágrimas começam a correr por sua face. Talvez a personagem real do documentário não se tenha identificado apenas com a história, mas também com o sentimento carregado pelo personagem da ficção: a história de Orestes, aqui, funciona como alegoria sobre a história pessoal de Ñsaindy. Ao recuperar o fôlego, ela afirma: “o que me atormenta é a presença do traidor em minha vida”.

Ao revelar sua vontade de falar, cara a cara, com o algoz da sua mãe Ñsaindy, é convidada a representar esta cena. Como Cabo Anselmo está Zelic. Ela se apresenta como Soledad, pergunta a ele se realmente amou sua mãe, questiona a veracidade sobre a possível gravidez dela ao ser morta (o pai seria o próprio Anselmo). Frustração é o sentimento que permeia a cena: as respostas reais, provavelmente nunca as teremos. Outros personagens entram em cena e Ñsaindy permanece observando enquanto há exaltação frente à figura – mesmo que fictícia – de Anselmo. Mais uma vez a questão: qual espaço para Ñsaindy falar? E quem a escuta? O filme acaba com dedicatória às vítimas do Massacre da Chácara São Bento e àquelas atuais, mortas por ação da PM.

Ao falar sobre sua obra, Siqueira revelou que a ideia inicial era tratar as heranças da ditadura, mas percebeu que Orestes ganharia os tons da *presença* da ditadura. Essa fronteira sempre tênue sobre o fim (ou não) da ditadura é típica de uma sociedade que não reelaborou coletivamente o trauma de viver sob um Estado repressor. Talvez uma das contribuições mais enfáticas da obra seja justamente partir da dúvida sobre essa fronteira e assumir um papel investigativo antes de concluir onde ela pode se instalar. É dessa maneira que Orestes figura de forma inovadora entre a constelação de documentários que trabalham a temática. Fica, no entanto, uma questão ainda mais ampla a ser resolvida: que fragmentos de história são esses que ainda estão em construção mesmo 52 anos após o golpe? Seriam fragmentos da nossa memória sobre essa história? Ou pior, seria a própria história da ditadura permanecendo na atualidade, subterrânea sob uma fina camada democrática? E mais que nunca apresentamos dúvidas sobre essa democracia. Independente de qual seja a resposta, Orestes nos incentiva à reflexão e nos alerta para a urgência em, mais que refletir e reelaborar o trauma, romper com a lógica que faz o trauma aparecer.

Resenha:

O que a tragédia à brasileira nos ensina sobre justiça? Orestes, um fragmento fílmico da história construída.

Paula Franco

Recebido em 18/03/2016

Aprovado em 18/04/2016

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH

Revista Tempo e Argumento
Volume 08 - Número 17 - Ano 2016
tempoeargumento@gmail.com